

## **Apontamentos sobre a construção sócio-histórica de estigmas e estereótipos em relação ao homoerotismo entre mulheres**

**Livia Gonsalves Toledo**

**Fernando Silva Teixeira Filho**

Universidade Estadual Paulista, campus de Assis-SP

**Resumo:** Esse artigo objetiva contar a história sobre o homoerotismo entre mulheres nas sociedades ocidentais e na modernidade visando perceber o que embasa estigmas e estereótipos sobre a lesbianidade na atualidade. Para isso, coletou-se em trabalhos científicos sobre a sexualidade feminina e a homossexualidade informações referentes à temática da lesbianidade – escassa e de difícil acesso. O machismo e o falocentrismo colocaram um manto sobre essa história, fazendo-a invisibilizada e ilegítima. Tirando a lesbianidade do obscurantismo, possibilita-se problematizações psicossociais que podem contribuir para a produção de qualidade de vida para pessoas que são movidas por perspectivas binárias de estigmas e estereótipos. Esse estudo foi financiado pela FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, e é parte da dissertação de mestrado da autora, realizado junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Campus de Assis-SP.

**Palavras-chave:** Lesbianidade; Homoerotismo; História; Estigmas; Estereótipos.

Conhecer o que foi historicamente registrado sobre mulheres com relações/práticas homoeróticas se faz importante, já que muitos dos estigmas e estereótipos presentes atualmente se construíram e se naturalizaram como reflexos dessa história. Assim, tentamos apresentar aqui uma espécie de resumo expandido de momentos da cronologia ocidental da história sobre essas mulheres. Buscamos sociedades ocidentais que influenciaram e/ou foram cunhadas na história da Europa Cristã, de forma ampla, não nos detendo, portanto, apenas na história no Brasil, devido à escassez de literatura sobre o tema no país e porque, com a colonização, o dispositivo da sexualidade também aqui se sedimentou. Para contá-la, utilizamos as teses que mostram como as lesbianidades foram se construindo e como os estigmas e estereótipos as foram “vestindo”.

A dificuldade em falar da história das mulheres que se relacionavam erotica-afetiva-sexualmente com outras mulheres tem início com a escolha do termo para designá-las e, principalmente, porque os registros, além de serem escassos, em sua maioria, foram escritos a partir de uma visão masculina:

Para se ter uma idéia [do silêncio sobre o homoerotismo entre mulheres], nos números de periódicos sobre estudos femininos *Journal of Women's History* existentes no Departamento de História da USP, não há artigo algum que trate do lesbianismo, e na coleção francesa *História das mulheres*, em cinco grandes volumes, apenas uma parte de um capítulo diz respeito à homossexualidade feminina. (Torrão-Filho, 2000, p. 14)

O termo a ser utilizado para designar tais mulheres varia de acordo com cada contexto histórico. As relações afetivo-sexuais entre pessoas do mesmo sexo biológico (homoerotismo), no caso em questão, as mulheres, existiram desde a Antiguidade e, mesmo tendo sido pouco reconhecidas no decorrer da história, essas mulheres que se relacionavam com outras foram nomeadas de diversas formas: tribades, *fricatix*, safistas, sáficas, lésbias, lesbianas, lésbicas, sodomitas, invertidas, entre outras.

Devido à escassez de informações, não se pode assegurar que os registros se refiram a um desejo sexual exclusivo por mulheres; também poderiam se referir a mulheres que tinham desejo sexual tanto por homens quanto por mulheres — o que chamamos hoje de bissexualidade —, sendo sua relação com as mulheres o que permaneceu registrado.

Gimeno Reinoso (2005, p. 34) coloca que podem ser chamadas de lesbianas as mulheres que, ao longo da história, têm sido desleais à civilização viriarcal, que resistiram a ser mantidas à força na categoria opressiva de mulher e que lutaram para construir um destino e um estilo de vida diferentes daqueles dos heterossexuais. Ela ainda diz que muitas mulheres podem ter sido obrigadas a viver vidas heterossexuais, mesmo desejando viver de outras maneiras. Porém, há um perigo em referir-se a todas essas mulheres como lesbianas ou lésbicas, primeiro, pelo que Gayle Rubin aponta, em entrevista com Judith Butler:

Eu estava ficando cada vez mais assustada com o modo como a lógica da concepção do lesbianismo enquanto uma forma de identificação mútua entre mulheres vinha conseguindo se impor. Ao definir o lesbianismo, como um todo, como relações de apoio mútuo entre mulheres, e não como algo com conteúdo sexual, essa abordagem esvaziava – para usar um termo popular – o lesbianismo de qualquer conteúdo sexual. Essa definição tornava difícil distinguir uma lésbica de uma não-lésbica. Essas eram

tendências comuns nas comunidades lésbicas locais. Adrienne Rich de certa forma codificou uma certa abordagem, bastante difundida à época, em que as pessoas não queriam fazer a distinção entre lésbicas e outras mulheres que tinham relacionamentos estreitos de apoio mútuo. Eu achava isso discutível, tanto do ponto de vista intelectual como político. Uma série de coisas que não podia ser de modo algum, nem com o maior esforço da imaginação, ser consideradas como lesbianismo, foram incluídas nessa categoria. E essa visão também reduzia algo que as lésbicas têm de interessante e especial. (Rubin & Butler, 2003, p. 173)

Rubin fala então sobre uma dessexualização de uma forma de existência criada exatamente pelo seu conteúdo sexual, dentro dos movimentos feministas dos anos 1980. Ou seja, as lesbianidades sempre têm um conteúdo homoerótico, afetivo-sexual. Chamar de lésbicas as mulheres que partilhem o apoio mútuo, o respeito, enfim, laços diversos sem esse conteúdo, como diz Rubin, reduz algo que as lésbicas têm de interessante e especial. Em segundo lugar, ao referir-se a todas essas mulheres como lésbicas no decorrer da história, a problemática se dá pelo entendimento e contextualização dos conceitos.

Para referir-se às relações/práticas homoeróticas entre mulheres, a palavra *lésbica* foi registrada na literatura francesa pela primeira vez em 1842, enquanto “*lesbianismo* data de 1870” (Lardinois, 1995, p. 27), e têm inspiração na famosa poetisa grega da Antigüidade, Safo (625? – 580? a. C), da ilha de Lesbos, situada no Mediterrâneo, no litoral da atual Turquia. Dessa forma, não se pode dizer de lesbianismo em um momento anterior ao século XIX ou de lesbianidade antes de fins do século XX, mas de outras formas que os discursos as fizeram existir. As relações entre pessoas do mesmo sexo não se ancoram na mesma rede de significados nos distintos períodos históricos ou regionais.

Lésbica como sinônimo de homossexual feminina só aparece na literatura francesa por volta de 1842, e na inglesa em 1870: no Brasil, ao menos desde 1894, o criminalista Viveiros de Castro introduziu o termo *lésbia* como sinônimo de ‘invertida sexual’, passando a partir daí a ter tal significado, embora restrito, sobretudo às pessoas mais eruditas. (Mott, 1987, p. 11)

Ambos os termos sugeriram exatamente para classificar aquelas mulheres desviantes da norma heterossexual, ou seja, a necessidade de rotulações, a criação de identidades é pautada principalmente na diferenciação por parte da cultura dominante para inferiorizar as pessoas que não seguem o padrão classificado como saudável-natural-santificado.

Porém, a criação de uma identidade homossexual deu oportunidades para as pessoas reconhecerem-se a si mesmas e às outras, tirando-as da invisibilidade. Contemporaneamente, o entendimento da homossexualidade é de uma visão de si ou dos outros enquanto pertencente a uma forma de subjetivação referenciada pelo desejo sexual, e como uma dentre múltiplas formas de vivência: das sexualidades, da conjugalidade, da círculo social, da formação familiar, do sistema jurídico-político etc. Hoje se pode dizer de uma construção sócio-histórica da homossexualidade, ou seja, a homossexualidade só é possível *da forma como existe hoje* devido às transformações ocorridas em um meio social e em uma cultura diferenciada do século anterior. A palavra *lésbica* é utilizada atualmente como identidade política – assim como o é o termo *gay*, para muitos homens homossexuais. Pode-se falar de uma *estilística da*

*existência*, onde se desenvolve um estilo de vida, de autotransformação e domínio de si, que não tem regras fixas e pode ser mutável e flexível. Gimeno Reinoso (2005, p. 34) lembra ainda que o poder está sempre interferindo na construção dessas identidades:

Eu trabalho com a idéia de que a identidade poderá ser mutável, e o tem sido historicamente, mas sem esquecer que o poder sempre está presente, criando opressores e oprimidos, tornando necessária a criação de identidades políticas com capacidade para enfrentá-lo.

Desta forma, quando relatamos aqui a história dessas mulheres utilizando termos diversos (*fricatix*, safistas, lesbianas, tríbade, sodomita feminina, invertida, homossexual feminina e lésbica), não se trata de uma lesbianidade como é entendida atualmente. Fala-se, em diferentes momentos históricos e de maneira muitas vezes entrelaçada, de *uma prática* (mulheres que faziam sexo com outras mulheres); *um sentimento* (mulheres que se atraíam romanticamente por outras mulheres); *um crime/pecado* (mulheres sodomitas); *uma doença* (mulheres invertidas ou homossexualismo feminino); *uma identidade e um modo de viver* (lésbica, lesbianidade e/ou homossexualidade de mulheres), formas, dentre outras, que se transformaram e/ou se sobrepuseram formando hoje a idéia de lesbianidade. O que se pode afirmar é que as relações afetivas e sexuais entre mulheres (e entre homens) sempre existiram no decorrer da história. Ademais, encontramos ao longo do tempo variações no modo como essas relações eram vistas e vividas, indo do simples obscurecimento e negação de suas existências à tentativa de “correção” das mais violentas formas.

Ao contar esse resumo expandido da história de mulheres com relações/práticas homoeróticas, muitos autores aqui referenciados trazem o uso dos conceitos *lésbica*, *lesbianidade*, *homossexual*, *homossexualidade* enquanto uma essência atemporal, porém, clarifica-se novamente aqui que estes conceitos são de construção sócio-histórica recente e não significam uma única forma de visão sobre essas mulheres e de vivência dessas relações/práticas entre elas nos distintos momentos históricos. Isso significa que a mulher que tinha relações sexuais com outra na Idade Média não era vista, não vivia, não se sentia subjetivamente e nem era atravessada pelas mesmas linhas que constituem o dispositivo da sexualidade tal qual uma mulher com as mesmas práticas no século XXI. O mesmo pode-se pensar sobre a categoria *mulher*, de diferente significação nos diversos contextos históricos apresentados. Este conceito (lésbica) está sendo usado neste artigo para simplificar em um só termo as variadas maneiras de como eram vistos e viviam os seres humanos nascidos com o que hoje entendemos como sexo feminino.

### ***Antiguidade: as “discípulas” de Safo***

Na Antiguidade, ‘mulheres lésbicas’ podia ter uma conotação de iniciativa sexual e falta de vergonha (cf. Ferecrates fr. 149, onde a palavra tem o sentido de *laikastriai*). Hesíquio L 692 define *lesbiazein* como ‘fazer felação’ (cf. Suda 306), e quando Filocleon, em Ar. *Vespas* 1345 e seg., diz à menina, que ele trouxe para casa de uma festa, ‘eu consegui tirar você de lá com muita esperteza, justamente quando você estava a ponto de *lesbiazein* os convidados, obviamente ele não está se referindo a qualquer

propensão homossexual concebível da parte da menina, mas sim traduzindo ‘flertar com os convidados’ em termos rudes e extremos, normalmente adotados pela comédia. (Dover, 1994, p. 251-252)

A partir do que Dover (1994) traz, a origem do termo lesbiana parece carregar um sentido pejorativo de submissão, de origem grega. Para os gregos, a prática de sexo oral só poderia ocorrer se o/a receptor(a) do pênis na boca fosse uma pessoa sem *status* de cidadão (mulheres e escravos), ou seja, colocada no lugar de submissão, a qual era associada à passividade. Todavia, não se sabe da importância dada à prática oral entre mulheres.

Não se encontram facilmente registros da Antigüidade que tratem exclusivamente da relação entre mulheres, entretanto, alguns autores acreditavam que, de certa forma, esta se relacionasse com a pederastia dos cidadãos gregos: “Em Esparta, ... mulheres de boa reputação’ (*kalos kai agathos*<sup>1</sup>) ‘apaixonavam-se por meninas’ e tinham a contrapartida feminina da relação entre *erastés/erómenos*” (Dover, 1994, p. 138-139).

Na Grécia, o prazer estava a serviço dos cidadãos, haja vista que apenas os homens eram assim considerados; as mulheres eram inferiorizadas, estando na mesma categoria que crianças e escravos. Na pederastia, a função social cabia ao homem mais velho, o cidadão (*erastés*), que ensinava ao rapaz (*erómenos*) a tornar-se cidadão. Este último deveria ter entre 12 e 18 anos, não sendo permitida, portanto, a pedofilia. A cultura sexual era de valorização do sujeito do sexo biológico masculino: a virilidade era reforçada e só os homens gozavam de direitos – logo, do direito ao prazer sexual incluso nesse rito de passagem (pederastia) e em outras práticas sexuais. Também era permitido atos sexuais entre dois homens adultos, porém, nunca era permitido que qualquer um deles se colocasse no papel *passivo* (ser penetrado). Isso significava um cidadão colocar-se em uma posição inferior, que seria como a da mulher ou a do escravo, pois se considerava que a penetração do pênis, quer na vagina, no ânus ou na boca, denotava poder, o qual era associado à posse, conquista e agressividade. Desse modo, a mulher, não sendo cidadã, tinha a função principal de procriar e servir ao prazer dos homens. No entanto,

Ao menos em Lesbos, com as discípulas de Safo e em Esparta com sua Educação Militar, essa relação erótico pedagógica teve uma contrapartida feminina, podemos imaginar que não fosse comum, dada a condição inferior da mulher, mas que existisse uma ética parecida que favorecesse a educação das mulheres através de relações afetivas com outras mulheres. (Torrão-Filho, 2000, p. 55)

Gimeno Reinoso (2005) aponta que não era possível comparar diretamente a relação pederástica entre homens com as relações sáficas entre mulheres na Grécia antiga, pois os sentidos pessoais, sexuais e políticos dessa vivência eram completamente

---

1 [Nota do autor] “Sobre os significados deste termo, que quando aplicado a um cidadão masculino frequentemente significa apenas ‘bom’”.

diferentes. As mulheres gregas eram vistas como objeto, enquanto os homens eram livres. Ela diz:

A pederastia era o amor entre um adulto e um jovem, relação que se dotava de um significado social e simbólico fundamental e que se dava, sempre, no contexto de uma relação com disparidade de poder entre seus atuantes. O amor entre mulheres, ao contrário, por não ter nenhum significado social, podia permitir-se ser igualitário. (Gimeno Reinoso, 2005, p. 53-54)

A autora pontua que o destino das mulheres adultas na Grécia era tornarem-se esposas e mães, não podendo, como na adolescência, usufruir de relações sexuais com mulheres mais velhas. Em uma cultura fortemente viriarcal como a grega, as possibilidades de resistência eram muito escassas. Contudo, “desde muito antigamente as mulheres estabelecem entre elas fortes vínculos emocionais como maneira de defender-se, ao menos psicologicamente, do que significava para elas a instituição da heterossexualidade” (Gimeno Reinoso, 2005, p. 48).

Uma das mais claras referências das relações entre mulheres são os poemas de Safo. O que se sabe a respeito de seu homoerotismo deriva de seus cantos, que falavam da beleza de jovens garotas que viviam com ela. Alguns hinos dão a entender que Safo era membro respeitado de sua comunidade, e há autores que contestam o fato de a poetisa realmente ter tido relações afetivo-sexuais com mulheres. Entretanto, muitos dos seus cantos sugerem seu amor por mulheres, como suas sátiras que falam sobre garotas que fugiam dela ou sobre outras mulheres para quem estas jovens voltavam. É possível que alguns autores tenham tentado desconstruir a imagem de Safo como amante de mulheres por conta do machismo e da lesbofobia, tão presentes em nossa cultura:

Embora ninguém que fale do eros de Safo por seu próprio sexo possa ser considerado certamente anterior ao período de Augusto (Horácio *Odes* ii 13.5 e Ovídio *Tristia* ii 365), um fragmento de uma biografia, que nota que ‘ela é criticada por alguns por ser licenciosa (*ataktos*, ‘desordeira’, ‘indisciplinada’) e ‘*gynaikerastria*’, i. e., ‘erastes (feminina) de mulheres’, talvez seja baseado em material helenístico mais antigo. (Dover, 1994, p. 240)

Na época de Safo, havia concursos de beleza feminina, nos quais mulheres com roupas transparentes se apresentavam rodeadas por outras mulheres que gritavam cantos sagrados, na tentativa de serem julgadas e escolhidas por sua beleza corporal. Dover (1994, p. 250) evidencia um comportamento homoerótico nessas situações, dizendo que elogiar a beleza de alguém era um ato erótico e, por isso, seria pouco provável que as mulheres que participavam desses concursos se apresentassem aos homens para “a atribuição de prêmios com base em critérios de excitação sexual”.

Outra declaração do ato sexual entre mulheres na Antiguidade são menções a artefatos sexuais:

... em Mileto, cidade comercial da costa da Ásia Menor, fabricavam-se e exportavam-se para todo o mundo grego, consolos ou pênis artificiais, feitos em madeira ou couro, os *olisbos*, que deviam ser lubrificadas com óleo de oliva antes do uso. Dizia-se que eram usados por pessoas solitárias e pelas tríades (em latim *fricatrix*, aquelas que se

roçam), nome que os gregos davam às mulheres homossexuais e que os atenienses acreditavam ser mais comum em Esparta. (Torrão-Filho, 2000, p. 28)

Não se sabe com clareza como eram vistas essas relações sáficas entre os gregos ou se havia penalidades por conta dessas relações. Nos mitos gregos, por exemplo, entendidos como relatos simbólicos que explicam a realidade tal como era vista pelos que a construíam, ou seja, os homens, não há nenhum que fale sobre relações afetivo-sexuais entre mulheres, mesmo que se soubesse amplamente que tais relações existiam. No que toca à mitologia grega, “nas histórias de amores míticos entre deuses e mortais, a única combinação que falta é a de uma deusa com uma mulher mortal” (Gimeno Reinoso, 2005, p. 63).

O único mito que se acredita ter referências homoeróticas entre mulheres, o das Amazonas (mulheres que se vestiam como os homens, guerreavam e tinham atitudes viris), não faz referência a relacionamentos afetivo-sexuais entre elas. As únicas relações sexuais que elas tinham eram com homens, para gerar herdeiras e, depois de cumprida a função reprodutiva, eles eram mortos, assim como as crianças do sexo masculino. As histórias sobre as Amazonas são recheadas de heróis da Antigüidade que guerreavam contra elas, porém, “curiosamente, essas guerreiras nunca aparecem vencidas no campo de batalha, mas sempre são vencidas no campo do amor [pelos homens]” (Gimeno Reinoso, 2005, p. 65).

De acordo com Gimeno Reinoso (2005), na época de Aristófanes, pregava-se que o desejo de uma mulher por outra não se dava com qualquer mulher, mas apenas com um tipo específico: as tríades, mulheres selvagens, incontroláveis e perigosas. A relação entre mulheres só era aceita em ambiente “controlado” pelos homens – por exemplo, em banquetes com prostitutas que se relacionavam entre si, inclusive com utilização do *olisbus*, para o entretenimento dos homens e visando ao seu prazer. Apenas em cidades onde as mulheres tinham mais liberdade, como Esparta ou Lesbos, as relações afetivo-sexuais entre elas ocorriam mais facilmente, porque elas mesmas as desejavam, e não em função dos homens.

Da mesma forma como em Esparta e Lesbos, em Roma, as romanas desfrutavam de mais liberdade e poder e, por isso, o desconforto dos romanos diante dessas relações era muito maior:

Na Grécia teria sido inimaginável castigar uma mulher por ser lésbica, porque, a princípio, uma mulher não pertencia a si mesma, mas aos homens dos quais, em cada caso, dependesse. As romanas, ao contrário, têm maior margem para relacionar-se entre elas, e essa maior visibilidade provoca uma reação colérica da cultura patriarcal romana, que cria ... uma nova tradição com o objetivo de mostrar o sexo entre mulheres como algo grotesco, risível e repugnante, além de antinatural. (Gimeno Reinoso, 2005, p. 65-66)

Entre os romanos, há registros de discussões acerca dessas relações a partir do enigma proposto por Sêneca e Marcial, seu filho, ‘digno da esfinge tebana’, de um adultério cometido sem um homem (Torrão-Filho, 2000). Como a mulher era considerada um ser inferior, não podendo guerrear, participar da política ou governar, não se sabia dizer se uma mulher sexualmente ativa, colocando-se “na posição de um homem”, poderia cometer adultério com outra mulher. Sêneca e Marcial acreditavam que, se pegas em flagrante, estariam estas mulheres sujeitas à pena de morte. Era, entretanto, uma questão jurídica difícil de ser respondida, pois, sendo consideradas

inferiores, suas relações possivelmente eram vistas como brincadeiras infantis sem conseqüências, já que elas e os escravos não passavam de crianças grandes.

De acordo com Caprio (1960), as relações entre mulheres romanas ocorriam principalmente nos suntuosos estabelecimentos de banhos, onde elas se entregavam às mais diversas práticas sexuais com escravas especialmente treinadas, denominadas *fellators*.

Os poemas eróticos romanos incluíam os amores sáficos, ainda que em uma visão masculina, com todos os preconceitos de uma sociedade que via as mulheres como seres não dignos de cidadania. Entretanto, em relação àquelas mulheres que não estavam reservadas ao casamento – em diálogos e romances gregos são descritos romances entre mulheres – estas práticas são apresentadas como situações normais:

Para as mulheres, embora as romanas aparentemente vivessem mais livres que as gregas, era necessário que se mantivessem castas para garantirem uma descendência legítima a seus maridos; outras mulheres, que não fossem guardadas para o matrimônio, como dançarinas, atrizes, escravas, libertas, cortesãs, podiam ter uma vida sexual livre, o que incluía o lesbianismo, ainda que a opinião masculina geral concordasse com a do filósofo Sêneca, para quem ‘uma mulher que se toma por um homem é um mundo às avessas’. (Torrão-Filho, 2000, p. 70)

### ***Idade Média: o amor “que não tem um nome”***

Na Idade Média, com o advento do cristianismo, especialmente da Igreja católica, o sexo e o prazer carnal passaram a representar um afastamento de Deus. Como havia grande necessidade de que as pessoas se reproduzissem para povoar os territórios em que viviam e como força de trabalho, todo ato sexual que não tivesse por objetivo a reprodução passou a ser condenado. Assim, condenou-se a masturbação, o sexo oral, a bestialidade e a sodomia – como era chamada a relação entre pessoas do mesmo sexo biológico, principalmente baseado no coito anal entre homens. Qualquer um desses atos para os homens era considerado um desperdício de semente (sêmen). Entre as mulheres não eram práticas tão reprimidas, por não haver tal desperdício. Como a reprodução era o objetivo único do uso dos órgãos sexuais, consumir a energia do corpo para o prazer era desperdiçar a energia para a procriação. Médicos, políticos e filósofos concordavam que o desejo não deveria interferir na vida intelectual e política do cidadão. Porém, para o discurso médico, a “sexualidade feminina não era levada em conta, pois estes médicos escreviam para os homens, para os esposos e cidadãos, interessados em produzir herdeiros” (Caprio, 1960, p. 88).

Além do aspecto reprodutivo como justificativa para a proibição da sodomia, a sociedade era extremamente misógina, o que agravava a intolerância a esse tipo de prática entre homens, pois um homem se deixar penetrar como uma mulher significava, tal como entre os gregos, colocar-se na posição de um ser inferior. Já a sodomia entre mulheres era vista apenas como inversão da “ordem” natural, não sendo considerada uma legítima relação sexual e não havendo o derramamento da semente procriativa. Contudo, com o cristianismo se consolidando, era necessário que práticas sodomitas fossem banidas, pois faziam parte dos cultos de outras religiões que ainda estavam presentes na sociedade do início da Idade Média:

A homossexualidade foi criticada por muitos cristãos por ser considerada uma prática voltada unicamente ao prazer e inseparavelmente ligada a uma atividade condenável que era a prostituição masculina; esta, além de tudo, estava ligada aos cultos pagãos, dos quais o cristianismo precisava diferenciar-se nos seus primórdios. (Torrão-Filho, 2000, p. 96)

De acordo com Smalls (2003), os atos sodomitas entre homens foram penalizados com a morte pela primeira vez por imposição dos imperadores Constantino e Constante e, novamente, pelo código de Teodoro, de 390, tendo este último decretado a pena de morte na fogueira pelos atos sexuais entre homens. A penalização da sodomia entre mulheres foi paralelamente proscrita na Idade Média por uma lei de 287 d.C., imposta por Dióclético (245-313) e Maximiano. O autor aponta que a pena de morte punindo os atos homossexuais entre homens ou entre mulheres persistiram no Código Civil até o século XVIII na maioria dos países europeus do Ocidente.

Na baixa Idade Média, pouquíssimos escritos tratam da questão do erotismo entre mulheres. Na maior parte das vezes, o erotismo entre mulheres é evidenciado apenas em alguns momentos e a partir da sodomia masculina, sendo menos punido que esta última. Ou seja, a “atividade sexual lesbiana foi freqüentemente ignorada, marginalizada ou subsumida às categorias de pecados da homossexualidade masculina” (Murray, 2000, p. 197).

De acordo com Gimeno Reinoso (2005, p. 72), se a sodomia entre mulheres não as retirassem de suas atividades sociais e reprodutivas, não era vista com preocupação: “a postura dos primeiros cristãos e, depois, na Idade Média, a respeito do lesbianismo, é confusa e está baseada na ignorância absoluta acerca do que sentem ou desejam as mulheres, assim como de sua sexualidade e sua anatomia”.

A autora complementa que, de certa forma, pode-se considerar que, no início da Idade Média, relações homoeróticas entre mulheres eram conhecidas amplamente pela população. Comparativamente ao futuro Renascimento, foi uma época luminosa para as mulheres religiosas, pois, os conventos configuravam-se, então, como lugar de proteção e resistência ao domínio dos homens, que se dava por meio do matrimônio. Nos conventos, elas se achavam “livres de maridos brutais que as tratavam como animais, livres dos numerosos partos que acabavam, na maioria das vezes, em morte, livres das violações e da servidão do sexo heterossexual, [este] equiparável à violação” (Gimeno Reinoso, 2005, p. 76-77).

Torrão-Filho (2000) assinala que algumas monjas vestiam-se como monges, viviam isoladas no deserto ou enclausuradas em conventos, sobre os preceitos da castidade e do jejum. Muitas eram amadas por suas companheiras de convento, suspeitas de ligações amorosas e sexuais entre si, tornando-se comum que se acusassem mutuamente. A maior prova dessas relações afetivo-sexuais nos conventos era a quantidade de literatura sobre a temática da sodomia conservada, bem como as cartas de amor trocadas entre mulheres. Isso ocorreu até o século XII, quando se iniciou uma fase obscura para as religiosas em geral e para as sodomitas em particular. As mulheres foram perdendo espaço “[nos conventos], na medida em que as hierarquias eclesiástica e estatal foram se formalizando e requerendo, cada vez mais, qualificações especiais para ascender a elas” (Gimeno Reinoso, 2005, p. 78), fazendo com que as funções passassem a ser exercidas apenas por homens. No que era escrito a respeito da sodomia, mal se fazia menção às mulheres, pois a sodomia feminina só era vista de modo sério se

ameaçasse o privilégio do órgão masculino, como nos casos em que eram utilizados “certos instrumentos para a função diabólica para excitar o desejo” (Murray, 2000, p. 193), o que justificava a intervenção das autoridades.

No século XII, com o ressurgimento das cidades, o aparecimento de epidemias de pestes e mortes acarretou a diminuição da população. Isso ocorreu no mesmo período em que a prostituição masculina se consolidou. Associando as tragédias à ira divina devido ao pecado da sodomia, a Igreja ficou ainda mais intolerante e, para agir sobre os hereges, instituiu o tribunal eclesiástico da Santa Inquisição. A partir do início do estabelecimento da ortodoxia da Igreja, ou seja, a definição de regras muito estritas a serem seguidas, a relação entre pessoas do mesmo sexo passou a ser um pecado gravíssimo, que sequer devia ser mencionado – o pecado nefando. As condenações impostas à sodomia feminina acompanhavam em maior ou menor grau o pecado da sodomia masculina, mas, na maioria das vezes, era ignorada. Pode-se dizer que não era um pecado que *não se ousa dizer o nome*<sup>2</sup>, mas um pecado que *não tinha nome*.

Gimeno Reinoso (2005) pontua que a libido, considerada prerrogativa masculina que as mulheres decentes não possuíam, quando aparecia em uma mulher, era tida como uma força animal, perigosa, mortífera, encarnada pelas prostitutas, bruxas ou sodomitas. O que inquietava as autoridades era mais o fato de a mulher assumir a posição do homem (no ato sexual fazendo uso de instrumentos fálcos ou cotidianamente) do que o de se relacionar com outra mulher, já que a sexualidade das mulheres era de prazer desconhecido e ignorado.

### ***Renascença: do controle da Igreja ao Estado***

Com a Renascença, em fins do século XIV, sob a influência do Humanismo, o indivíduo e as experiências humanas passaram a ser mais valorizados do que a vida espiritual. Cresceu, nesse período, um tipo de “subcultura homossexual”, preponderantemente masculina:

As declarações privadas e públicas dos desejos homoeróticos vindos de artistas como Michelangelo e O Sodoma nos grandes centros de atividades artísticas e homossexuais como Florença e Veneza, evocavam uma identidade homossexual individual e coletiva ‘moderna e avançada para o seu tempo’. (Smalls, 2003, p. 66)

---

2 Referente à famosa frase do poeta e escritor irlandês Oscar Wilde nascido em 1854, preso com acusações de conduta homossexual e sentenciado a 2 anos de prisão com trabalhos forçados. Ele referia-se ao amor homossexual como “*o amor que não se ousa dizer o nome*”.

De acordo com Brown (apud Bellini, 1989) “em geral, o fato de as mulheres terem sido relegadas à esfera privada, suas vidas circunscritas à família e ao mundo doméstico, impediu a formação, entre elas, de subculturas homossexuais como as que existiram entre homens” (Bellini, 1989, p. 34). Gimeno Reinoso (2005) afirma que esta foi uma época obscura para as mulheres:

Nesse período, os espaços nos quais as mulheres vinham sobrevivendo, em que haviam podido relacionar-se livres da interferência masculina, se fecham sobre elas. Os conventos se fecham na clausura, às regras estritas e alienantes e na obediência absoluta à hierarquia masculina. (Gimeno Reinoso, 2005, p. 85)

A partir da maior visibilidade da sodomia entre homens na vida pública e nas artes, o Estado e a polícia, juntamente com a Igreja, aumentaram sua repressão e vigilância sobre essa prática:

Em 1432, Florença criou uma magistratura judiciária, os *ufficiali di notte* (oficiais da noite) para controlar e perseguir a sodomia, entendida aqui como homossexualidade masculina, e não outros atos que eram identificados com este termo e eram condenados como sodomia, como a sodomia heterossexual ou o lesbianismo. (Torrão-Filho, 2000, p. 126)

Devido à intensa misoginia existente nesse período, a sodomia feminina foi relegada a segundo plano. Acreditava-se, assim como nos períodos anteriores, que para que ocorresse o prazer sexual feminino era necessária a presença de um pênis, sendo inimaginável, para a maior parte dos homens, o prazer sexual entre mulheres e mesmo o prazer na masturbação feminina. Foi aí que se consolidou o significado da relação entre mulheres direcionada estritamente ao prazer dos homens. De acordo com Gimeno Reinoso (2005, p. 90), “não há nada mais perturbador para os homens de todas as épocas que imaginar que as mulheres não necessitam deles sexualmente, que o falo, sobre cujo poder se erigiu o patriarcado, na realidade não é nada”.

A arte foi uma grande forma de comunicação com a população, um modo de sinalizar e advertir o que era ou não permitido, o que se deveria ou não evitar; era uma forma de representar a realidade e, muitas vezes, utilizada para sugerir, de maneira implícita ou explícita, subversões e transformações da realidade. Smalls (2003) coloca que, na arte renascentista, as representações do amor erótico ou de práticas sexuais entre mulheres eram raríssimas. Em contrapartida, houve uma vasta quantia de obras que explicitavam o homoerotismo entre homens (como as dos pintores Leonardo da Vinci e Michelangelo Buonarroti, que viveram entre 1452-1519 e 1475-1564, respectivamente) a partir da mitologia grega e da filosofia humanista. As poucas obras sobre o erotismo entre mulheres foram produzidas principalmente para o prazer do homem e “não indicavam uma tolerância em relação às mulheres engajadas em verdadeiras práticas homossexuais” (Smalls, 2003, p. 102). Ou seja, eram produzidas principalmente para despertar os sentidos do espectador masculino heterossexual. Exemplos disso são as cenas de banho nas obras de arte, que freqüentemente eram de natureza mitológica e repletas de grupos de mulheres nuas estreitamente abraçadas.

Gimeno Reinoso (2005) aponta que no século XVI o ato sexual entre mulheres se tornou tema recorrente na literatura erótica masculina, na qual era representado sempre como imitação do ato sexual entre um homem e uma mulher: sempre havia a penetração vaginal por um objeto e as outras possibilidades de práticas sexuais entre mulheres

nunca eram representadas como verdadeiro sexo. Isso acabava dando às mulheres liberdade para ter comportamentos eróticos e sexuais entre si, como dormir juntas, beijar-se, acariciar-se, sem levantar suspeitas de pecado ou imoralidade, muitas vezes até para elas mesmas. Os especialistas da época viam esses atos homoeróticos que as jovens vivenciavam com outras mulheres como um exercício inócuo, uma aprendizagem com a finalidade de chegar ao amor dos homens: “Durante o século XVI os homens gozaram, disse Faderman, de uma confiança falocêntrica absoluta, da qual lhes resultava impossível imaginar que existissem mulheres que não necessitassem deles sexualmente” (Gimeno Reinoso, 2005, p. 92).

Em 1613, o tribunal da Inquisição criminalizou a relação entre mulheres, mas esta foi descriminalizada em 1646, porque os inquisidores não se convenceram de que era possível haver sodomia entre mulheres, considerando que, para isso, seria necessária a penetração no “vaso traseiro” e a presença de ejaculação. No final do século XVII, o padre italiano Luis Maria Sinistrari escreveu um tratado sobre a sodomia feminina, o qual foi publicado em 1700, em Roma, onde dizia que a sodomia perfeita só podia ocorrer entre duas mulheres se o clitóris — como era comum em mulheres da Etiópia e no Egito — fosse desenvolvido o suficiente (podendo ser maior que um dedo médio) para penetrar a parceira (Torrão-Filho, 2000). Nesses casos, aconselhava-se extirpá-lo para “corrigir” a sexualidade. Assim, por não entenderem o corpo das mulheres e as práticas sexuais entre elas, muitas que se relacionavam foram salvas da fogueira da Inquisição. Contudo,

... havia a magia diabólica da sexualidade feminina. Em inúmeros países do Norte durante a Renascença, a bruxaria foi associada às ‘mulheres masculinas’. A atenção dedicada à bruxaria foi alimentada pela superstição e intolerância que reinou no fim da Idade Média. Essa crença se espalhou na Europa entre o século XV e o XVII. Bruxaria e homossexualidade estavam ligadas à heresia e foram severamente perseguidas. As mulheres, mais freqüentemente as solteiras ou as viúvas impotentes, foram os alvos dessas acusações. (Smalls, 2003, p. 102)

Quando ocorriam as punições (execuções em fogueira) pelos atos sexuais entre mulheres, estas eram realizadas sem sabedoria pública, para não incitar o desejo dos homens e de outras mulheres, que, por ouvir falar de tais atos, poderiam querer cometê-los. Gimeno Reinoso (2005) diz que, nesse período, muitas mulheres passavam-se por homens para sair da posição de dominação masculina a que eram obrigadas; contudo, algumas faziam o mesmo apenas para poder manter relações com outras mulheres.

Com a Revolução Francesa, em 1789, e o início da era Contemporânea, a relação entre pessoas do mesmo sexo foi deixando de ser considerada crime, tornando-se ocupação mais do Estado do que da Inquisição, por meio das “polícias de costumes”:

Embora os homossexuais não tenham mais sido mortos nas fogueiras da Inquisição, eles não deixaram de ser reprimidos pelo preconceito e pelas chamadas ‘polícias de costumes’, que procuravam controlar e impedir a desordem, a depravação de jovens por adultos ‘predadores’. (Smalls, 2003, p. 139)

No início do século XIX, práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo ainda eram consideradas, pelos cristãos, ameaça à moral e aos bons costumes e um pecado grave. Com o crescimento das tecnologias e das cidades, com melhoramentos urbanos e eletricidade, as atividades noturnas e o surgimento de bares aumentaram, possibilitando o reaparecimento de uma “subcultura homossexual” (Torrão-Filho, 2000). De acordo com Katz (1996), as classes mais baixas eram mais libertinas, não sendo os atos homoeróticos vistos como imorais, enquanto a classe média, querendo diferenciar-se daquelas, seguia o conceito vitoriano do ato sexual com uma pessoa do sexo oposto, com amor, dentro do matrimônio e para a reprodução. Com a dominação da burguesia, a moral vitoriana prevalecia. Uma moral sexual estrita e contrária a qualquer tipo de erotismo e sexualidade. Raramente se fazia referência aos sodomitas:

Como a classe média ... comumente não sonhava com os prazeres legítimos do sexo diferente, tampouco era atormentada por pesadelos de prazeres pervertidos do mesmo sexo ... mulheres e homens vitorianos respeitáveis, freqüente e explicitamente se referiam aos seus sentimentos apaixonados sem perceber que aquelas emoções intensas estavam muito relacionadas com a sensualidade. (Katz, 1996, p. 57)

Peter Gay (1989), citado por Katz (1996) insiste em “que a classe média do século XIX era secretamente sexual, embora publicamente puritana [e] à medida que o século XIX avançava, as práticas de prazer particulares da classe média se afastavam cada vez mais do ideal público do verdadeiro amor.” (Katz, 1996, p. 57).

Deste modo, à medida que a prática sexual entre pessoas do mesmo sexo se tornava mais visível e comum, surgia a necessidade, principalmente para os estudiosos e cientistas da época, de nomeá-la. Tais práticas, assim como o celibato, eram rejeitadas tanto pela moral como pela ciência médica, pois não cumpriam com as obrigações do matrimônio (Torrão-Filho, 2000). Assim, as relações entre pessoas do mesmo sexo passam a ser classificadas como patologia.

### ***Século XIX: a criação da patologia homossexual***

Karl Heinrich Ulrichs, magistrado alemão, em 1862, foi o primeiro que apresentou uma teoria sobre os amantes do mesmo sexo. Criou o termo *Urñide*, que correspondia à mulher com impulso amoroso masculino, isto é, a mulher que amava mulheres; e *Dionäer* para o homem com impulso amoroso feminino. Assim, só existiria o desejo feminino (da mulher) e o desejo masculino (do homem), podendo um homem ter o desejo feminino e a mulher, o desejo masculino, contrários ao instinto sexual único normativo (Katz, 1996). Tal desejo seria uma condição congênita e as pessoas nessa condição eram vistas como tendo o corpo de um sexo e a mente e a alma do outro (Caprio, 1960) – instintos inatos, portanto naturais.

O escritor austro-húngaro Karl Maria Kertbeny usou a palavra homossexual pela primeira vez, na Alemanha, em 1869, em manuscritos clandestinos, dirigidos ao governo alemão, visando combater o Código Penal 143 prussiano (que criminalizava a prática sexual entre pessoas do mesmo sexo), argumentando que não se podia criminalizar uma condição inata e natural compartilhada por muitos homens de bem na

história. Entretanto, a Alemanha só alterou o código em 1994. Richard von Kraft-Ebing (sexólogo) utilizou o termo homossexual em 1887, na segunda edição de *Psychopathia sexualis* (Eribon & Haboury, 2003). Ou seja, o termo nasceu da militância e se tornou signo de doença; o que era coletivo se tornou individual:

... a classe média do final do século XIX precisava nomear e justificar as práticas eróticas particulares que se tornavam mais comuns e conhecidas. O interesse especial daquela classe se revelaria na proclamação de uma heterossexualidade universal. A invenção da heterossexualidade nomeava publicamente, normalizava cientificamente e justificava eticamente a prática da classe média de prazer de sexo diferente. (Eribon & Haboury, 2003, p. 61)

Em 1869, K. F. O. Westphal, professor de psiquiatria em Berlim, fez o primeiro estudo científico específico sobre o homossexualismo e cunhou o termo “instinto sexual contrário”. Considerava tal instinto uma anomalia sexual e classificou-a como uma doença congênita de inversão – o uso do sufixo *ismo* remetia a uma patologia (como os conceitos de daltonismo ou hipertireoidismo). Em 1882, Chevalier, “cientista francês, atribuiu o homossexualismo a um ‘hermafroditismo orgânico’ alegando que os invertidos reuniam congenitamente, elementos dos dois sexos” (Caprio, 1960, p. 100). O autor fez, também, uma classificação das mulheres invertidas, sem explicá-la detalhadamente: 1) Safismo através da luxúria; 2) Safismo profissional; 3) Safismo por necessidade; 4) Safismo por temor. Caprio (1960) sugeriu que a primeira classificação fosse referente à promiscuidade; a segunda, ao trabalho como exibicionismo sexual pago, oferecendo um espetáculo aos clientes em estabelecimentos próprios (prostíbulos); a terceira, aos casos em que a mulher “não tem acesso a homens”, como em penitenciárias, internatos e pensionatos; e a última, a situações traumáticas com homens.

Em 1896, Magnus Hirschfeld, famoso sexologista alemão, tratou da temática num panfleto denominado “*Sapho and Sócrates*”, que publicou sob o pseudônimo “Th. Ramien”<sup>3</sup>. Em suas pesquisas, reuniu e divulgou dados pelo Instituto de Ciência Sexual e pelo Jornal de Ciência Sexual fundados por ele. Considerava, ainda,

... o homossexualismo um mal congênito, declara ele: ‘conclui-se portanto, que o impulso homossexual é independente da vontade e de desejos, residindo a causa do fenômeno na própria natureza do indivíduo.’ Propôs a adoção do termo ‘terceiro sexo’ (estágio sexual intermediário entre o homem e a mulher. (Caprio, 1960, p. 100)

Contudo, Hirschfeld lutou pela descriminalização do homossexualismo, pois, considerando-o inato, dizia que este deveria ser protegido pelo Estado, e não perseguido. Em 1897 fundou o Comitê Científico-Humanitário com o objetivo de

---

3 Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Magnus\\_Hirschfeld](http://pt.wikipedia.org/wiki/Magnus_Hirschfeld)>. Acesso em: 24 jan. 2008.

reformular leis em defesa do homossexualismo. Embora mulheres homossexuais não fossem alvo de nenhum código penal, Hirschfeld afirmava que elas enfrentavam muitas dificuldades para viver abertamente seus estilos de vida, se não por causa das leis, pela ignorância geral sobre sua natureza. Assim, ele contou com a participação, em seu Comitê, de várias ativistas (Torrão-Filho, 2000).

O último notório cientista que considerava o homossexualismo congênito foi Havelock Ellis, sexologista inglês que, em 1897, publicou *Estudos da psicologia do sexo* em sete volumes, um deles tratando exclusivamente do “problema da inversão sexual”. Comparava as relações entre pessoas do mesmo sexo a patologias genéticas como o daltonismo e o albinismo. Além disso, ele inferia não haver tratamento para a inversão, ou seja, as inclinações do invertido não poderiam ser alteradas (Caprio, 1960). Tais teorias congênicas mostravam claro reducionismo identitário pautado na biologia: diziam que as mulheres homossexuais possuíam características físicas específicas como ausência de menstruação, pêlos no corpo, clitóris super-desenvolvidos e “a estranha capacidade de assobiar”. (Torrão-Filho, 2000, p. 171).

Diferentemente do que ocorria em períodos anteriores (quando a prática homossexual era considerada crime) agora, sendo tida como uma patologia, as “invertidas” começam a não ser mais tão ignoradas. Os médicos, preocupados com o casamento e o amor conjugal, passaram a se ocupar das sexualidades femininas:

A medicina considerava um erro o lesbianismo, pois a agressividade sexual era considerada tributo masculino; ela negava a importância do desejo feminino, que deveria ser, em sua passividade, um objeto dos desejos do marido. O pior pecado para uma mulher era degenerar na prostituição ou no lesbianismo, coisas que estavam absolutamente ligadas para os médicos, como a masturbação à pederastia. (Torrão-Filho, 2000, p. 167)

Havia, ainda, nesse contexto, forte ligação da prostituição feminina às práticas homossexuais, mulheres estigmatizadas com base em sua atividade sexual:

Para os médicos franceses, por exemplo, a maior parte das prostitutas eram lésbicas; adquiria-se o vício nos bordéis, pela comida abundante, pela ociosidade forçada, pelas conversas lascivas; ou ainda nas prisões, onde eram seduzidas pelas mais velhas que ‘tinham horror a homens’. A proximidade destas ‘decaídas’, irmanadas no vício, confidentes, também era propícia à eclosão de paixões; um vício a mais em meio ao mar de lama moral da prostituição. Sem esquecer, ao que diziam, do ódio ao cafetão que as explorava, ao homem em geral, unindo por séculos as mulheres. Muitas viviam juntas nos bordéis, as chamadas *gougnotes*, as irmãzinhas. Nos dias de saída, habitualmente reservados às pensionistas, os casais de mulheres fechavam-se num quarto com licores e guloseimas. (Torrão-Filho, 2000, p. 167)

Sigmund Freud (1905) foi um dos primeiros cientistas a definir a sexualidade como um desenvolvimento psicossocial. Para ele, esta não se baseava nos *atos*, mas em *ser* homo, hetero ou bissexual. Referia-se a uma emoção, um desejo erótico, um impulso e um tipo de amor para se referir a este *ser*. Apesar de uma grande mudança na ciência, Freud ainda se baseou no heterossexismo para criar as suas teorias sobre a sexualidade, o que se explicita a partir da teoria da formação da subjetividade por meio do desenvolvimento psíquico, mais especificamente a partir do desenrolar “saudável” do Complexo de Édipo. Segundo esse autor, o desenvolvimento normal da feminilidade

*Apontamentos sobre a construção sócio-histórica de estigmas e estereótipos em relação ao homoerotismo entre mulheres*

na mulher se baseia na renúncia de sentimentos e comportamentos ditos masculinos, bem como da superação da inveja do pênis. Desta forma, a homossexualidade seria uma parada no desenvolvimento sexual. Entretanto, Freud ainda não tinha argumentos concretos o bastante para patologizar a homossexualidade, já que também questionava a heterossexualidade. “Em um ensaio de 1905, Freud diz: O interesse exclusivo do homem pela mulher também é um problema que exige uma explicação, não é algo evidente por si mesmo” (Katz, 1996, p. 81). Ainda,

Freud não oferece um motivo convincente pelo qual os heterossexuais deveriam ser capazes de resolver seus antigos problemas e os homossexuais deveriam permanecer fixados eternamente em um desenvolvimento interrompido. Ele não apresenta um fundamento lógico plausível para considerar a heterossexualidade preferível. (Katz, 1996, p. 87)

Assim, quando os termos passaram a ser publicizados e entraram na comunicação de massa, “o heterossexual normal de Freud e dos freudianos se tornou normativo” (Katz, 1996, p. 90), ou seja, passou a ser uma norma social que todos deveriam seguir – todos deveriam ser heterossexuais, abdicando de práticas e formas de existência diversas. Na visão da época, ser heterossexual asseguraria uma sexualidade saudável, moralmente aceitável, natural e correta, em detrimento de todas as outras possibilidades de vivência sexual.

***Século XX: uma subcultura homossexual entre mulheres***

Devido à criação de duas sexualidades distintas, o “normal heterossexual” e o “doente homossexual”, uma nova “espécie sexual” humana foi criada e a visibilidade desses “anormais” cresceu. A idéia de uma “minoría” estigmatizada permitiu que os inseridos nessa categoria passassem a se reconhecer e criar subculturas contra-hegemônicas:

Tomemos o caso da homossexualidade. Foi por volta de 1870 que os psiquiatras começaram a constituí-la como objeto de análise médica: ponto de partida, certamente, de toda uma série de intervenções e controles novos. É o início tanto do internamento dos homossexuais nos asilos, quanto da determinação de curá-los. Antes eles eram percebidos como libertinos e às vezes como delinquentes .... A partir de então, *todos* serão percebidos no interior de um parentesco global com os loucos, como doentes do instinto sexual. Mas tomando ao pé da letra tais discursos e contornando-os, vemos aparecer respostas em forma de um desafio: está certo, nós somos o que vocês dizem, por natureza, perversão ou doença, como quiserem. E, se somos assim, sejamos assim e se vocês quiserem saber o que nós somos, nós mesmos diremos, melhor que vocês. Toda uma literatura da homossexualidade, muito diferente das narrativas libertinas, aparece no final do século XIX: veja Wilde ou Gide. (Foucault, 1979, p. 233-234)

De acordo com Torrão-Filho (2000), na passagem do século XIX para o século XX, pela primeira vez na história pôde-se falar de uma subcultura homossexual entre mulheres, que se desenvolveu nas grandes cidades, principalmente na Europa. Mulheres famosas ousavam levar uma vida aberta com suas amantes. Apareceram desde bares para operárias até elegantes cafés e cabarês para mulheres ricas e independentes, clubes, freqüentados por grandes estrelas do cinema alemão, todos direcionados ao público feminino. Escritoras, atrizes, cantoras, que deixaram registros para a posteridade, de próprio punho ou na descrição de seus contemporâneos, criando redes de contato e grupos, possibilitando assim uma maior visibilidade.

Em 1933, quando os nazistas chegaram ao poder na Alemanha, o antigo parágrafo 175 do código penal alemão que criminalizava as práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo foi revalidado e os homossexuais voltaram a ser perseguidos. Os campos de concentração acolhiam judeus, socialistas, negros, ciganos e homossexuais, entre outros. Os homens tinham um triângulo rosa invertido bordado em seus uniformes e as mulheres um triângulo invertido negro para serem identificados enquanto homossexuais, hoje considerados símbolos da militância LGBTT.

Tanto o judaísmo como a homossexualidade foram transformados pelos nazistas em um vício, uma condição inerente à pessoa, da qual ela não podia desfazer-se e que podia ‘contaminar’ toda a sociedade, o muito mais do que um crime – daí a necessidade de destruí-los. (Torrão-Filho, 2000, p. 202)

Com o fim do nazismo, a partir do final dos anos 1940 e início dos anos 1950, poucos estudos foram feitos sobre a homossexualidade. Alfred Kinsey fez, em 1948, um estudo sobre o comportamento sexual masculino e feminino, a partir dos quais criou escalas das sexualidades humanas, indo de 0 a 6, em que o 0 era o exclusivamente heterossexual e o 6 era o exclusivamente homossexual. Ele evidenciou, a partir de muitas entrevistas, que apenas uma minoria da população poderia ser encontrada nos níveis extremos.

Simone de Beauvoir, em 1949, autora do livro *O segundo sexo* (lançado na França em 1949) e criadora da frase “Não se nasce mulher, torna-se mulher”, foi uma precursora do feminismo e via a experiência das lesbianidades como uma forma de vida legítima. Apesar disso, ainda se pautava na norma heterossexista e falocêntrica de pensar as relações:

Beauvoir não busca o neutro, com certeza, mas mostra que uma vez a feminitude ‘desmistificada’, as mulheres não têm outras referências para pensar sua identidade a não ser o modelo viril. Este mecanismo é particularmente evidente no capítulo sobre as lesbianas, no qual as relações mulher/mulher tornam-se impensáveis assim que nos referimos aos códigos tradicionais dos gêneros, segundo os quais o erotismo implica o encontro do masculino e do feminino, ou seja, a estrutura heterossexual. Assim, quando de Beauvoir quer explicar a ‘escolha sexual’ da lesbiana, apresenta posturas aberrantes, para uma mulher que é considerada a grande feminista de nosso tempo, como dizer que a lesbiana é ‘inacabada como mulher, impotente enquanto homem’. (Bonnet, 2003, s.p.)

Nos anos 1960, com a Revolução Sexual, surgiu um novo clima social e político no qual se contestava os valores tradicionalistas, a moral e os papéis de gênero. Um marco histórico na cultura homossexual ocorreu em 1969, com a Revolução de Stonewall Inn, um bar *gay* do bairro de Greenwich Village, em Nova York, conhecido como “um centro de concentração de lésbicas e homossexuais masculinos” (Caprio, 1960, p. 58). Em 27 de junho desse ano, a polícia invadiu o bar sob a alegação de que ali se vendia bebidas alcoólicas sem licença. Os donos e freqüentadores(as) resistiram à entrada da polícia jogando garrafas e pedras, o que durou três noites consecutivas (Torrão-Filho, 2000).

Tal acontecimento marcou o que é atualmente conhecido como a Parada do Orgulho LGBTT. Em consequência, nas décadas seguintes foi ocorrendo uma maior liberdade aos homossexuais, principalmente em países industrializados, bem como nas grandes cidades, onde havia maior infra-estrutura *gay* e lésbica, como bares, danceterias, clubes, saunas, associações e até igrejas. Em 1986, o termo homossexualismo foi retirado da lista das doenças mentais, sendo utilizado atualmente o termo *homossexualidade*.

Com o advento da AIDS, a partir da década de 1980 (inicialmente conhecida como *peste gay*) os movimentos de luta pelos direitos civis, junto ao feminismo, deram mais visibilidade aos *gays* e lésbicas, trazendo conquistas, leis de defesa contra o preconceito e apoio de diversas organizações governamentais e não-governamentais. A conjugalidade homossexual passou a ser reconhecida por lei em alguns países, enquanto muitos outros estão se preparando para cumprir as determinações que recomendam que os membros do governo ponham fim a qualquer restrição civil aos homossexuais, ou seja, dando aos heterossexuais e aos homossexuais os mesmo direitos. Entretanto, em muitos lugares, mesmo que a lei exista, ela nem sempre é cumprida.

No Brasil Segundo Torrão-Filho (2000), na década de 1960 houve uma luta inicial contra a ditadura militar e, assim como em várias partes do mundo, movimentos por direitos civis e pela liberação sexual. A partir de 1970, surgiram os primeiros grupos de homossexuais, na luta contra o preconceito, muito mais encoberto e sutil no Brasil, escondido atrás de uma suposta democracia, do que em outros países onde a luta inicial foi pela descriminalização da homossexualidade, como nos Estados Unidos. Em 1978 foi lançado o primeiro jornal *gay* do país, o *Lampião*, que durou até julho de 1981. Na mesma época surgiu o grupo *Somos*, que inicialmente não tinha uma participação ativa de lésbicas. Por isso, em 1979, foi criado o GALF – Grupo Ação Lésbica Feminista, como subgrupo do Grupo *Somos*.

A princípio a questão da homossexualidade era discutida apenas quanto ao aspecto de preconceito contra a orientação homossexual, sem muitas distinções entre mulheres e homens. ... algumas lésbicas do *Somos* começaram a perceber que sua opressão específica só poderia ser realmente compreendida em relação à situação das mulheres em nossa sociedade e não mais como parte da repressão aos homossexuais. Neste sentido, elas passaram a se reunir em separado dos homens, formando o subgrupo lésbico feminista, e a desenvolver suas reflexões com base em textos feministas. Para essa separação também colaborou o sexismo dos bichas que nos encontros conjuntos monopolizavam as discussões e se referiam às mulheres pejorativamente como rachas ou rachadas. (Mott, 1987, p. 156)

Em 1980 foi fundado o Grupo Gay da Bahia — o mais consistente e de maior visibilidade surgido até hoje no país — por militantes homossexuais, dentre eles o antropólogo Luis Mott, que, em 1987, lançou *Lesbianismo no Brasil*. Mott apresenta diversos relatos de mulheres que se referiam aos seus desejos homossexuais, mas que se viam oprimidas e temerosas de viver tal desejo por conta dos ideais culturais heteronormativos, na família e na sociedade em geral, e também diversos casos de lesbofobia implícita e explícita.

O movimento de lésbicas apareceu juntamente com o movimento feminista e de *gays*, contra o machismo e a desigualdade. Com a ascensão da epidemia de AIDS na década de 1980, muitas personalidades importantes acabaram assumindo sua homossexualidade ou bissexualidade depois de se saber infectadas pelo HIV, como os cantores Cazusa e Renato Russo, entre outros (Trevisan, 2002). Após alguns anos, com a crescente infecção de homens e mulheres heterossexuais, a epidemia perdeu seu caráter de “peste *gay*”.

A partir da década de 1990, a visibilidade homossexual se tornou cada vez mais crescente nos meios de comunicação, através de telenovelas, programas de auditório, pesquisas acadêmicas e da Parada do Orgulho LGBTT, que, em 2007, foi a maior passeata do movimento homossexual do mundo<sup>4</sup>.

Contudo, até hoje, as mulheres homossexuais permaneceram obscurecidas, de tal forma que atualmente se realiza uma Caminhada de Lésbicas separadamente da Parada na cidade de São Paulo, em uma luta por visibilidade e reconhecimento:

Embora as mulheres tenham sido muito menos reprimidas do ponto de vista legal e policial, isso não pode ser confundido com aceitação e tolerância. Provavelmente trata-se mais de desconhecimento da sexualidade feminina, além de um certo desprezo dos homens, cuja sexualidade é tão marcada pela penetração [e por uma subjetividade tão marcada pela misoginia]. (Torrão-Filho, 2000, p. 280)

### ***Considerações Finais***

A partir dessa breve história sobre o homoerotismo entre mulheres nas sociedades ocidentais e na modernidade, o que se pode perceber então é que se veio criando “verdades” sobre a lesbianidade, as quais formatam estigmas e estereótipos sobre essa forma de vivência sexual, sempre à sombra das referências ao que era considerado ser homem e ao masculino. Essa visão sobre a lesbianidade a coloca, por um lado, na posição de aberração e, por outro, de ilegitimidade. O que se percebe é que, muito do que se diz sobre a lesbianidade se revela como subproduto de um machismo e heterocentrismo naturalizados em nossa cultura.

Estigmas e estereótipos sobre as lesbianidades mostram a visão machista sobre essa forma de existência/vivência, ou seja, as lesbianidades como espetáculo pornográfico e encarnada na publicidade (em níveis que vão do grotesco ao sutil); a

---

<sup>4</sup> Com aproximadamente três milhões e quinhentas mil pessoas em 2007.

lésbica machona — dissidente traidora de seu sexo; a “heterossexual” frustrada ou feia — que não é desejada pelos homens ficando com mulheres como uma segunda opção e as insatisfeitas sexualmente.

Os discursos de visibilidade e enunciação, baseados no machismo, as fazem visíveis dessa forma estereotipada para que continuem sendo invisíveis em suas variedades de existência e, ao mesmo tempo, inteligíveis quando assimilada a padrões estereotipados. Disso resulta que “o lesbianismo é um segredo, não aparece, é invisível, mas, ao mesmo tempo, é constantemente exposto à luz pública, como um subtexto evidente” (Gimeno Reinoso, 2005, p. 294), apagando todas as suas outras multiplicidades incompatíveis com o machismo:

Mostrar uma heterogeneidade na classe das mulheres é incompatível com a lógica do sistema heterossocial; é mostrar a construção social das classes de sexo, que nos aparece então particularmente frágil e artificial. É questionar a evidência da naturalização dos sexos. Crer na homogeneidade da classe das mulheres é ser essencialista e naturalizante; é sustentar o sistema heterossocial que produz esta classe. (Watremez, 2002, s.p.)

Desse modo, tomar estigmas e estereótipos como totalidades e ‘verdades’ é uma estratégia machista para negar as diferenças e múltiplas maneiras de vivenciar as lesbianidades e de existir enquanto lésbica, especialmente aquelas que se dão sem a fixação em imagens e modos de existência homogeneizados.

Para nós, psicólogos, essa breve genealogia histórica tem a função importante de, primeiro, revelar que as relações homoeróticas entre mulheres receberam em diversas épocas, significados e sentidos diferentes, sendo que, em todos, o referente que determina esses processos de estigmatização é único, a saber, o machismo, o heterossexismo e o heterocentrismo. Em segundo lugar, é a partir da utilização transversal desse saber trazido pela História que podemos compreender a importância em não se confundir ‘normatizações’ arbitrárias sobre as sexualidades com aquilo que em Psicologia se compreende sobre as identidades sexuais e de gênero. Depreendemos disto que a estigmatização das relações homoeróticas não pode se prender à questão da identidade sexual, já que esta é dependente das atribuições sócio-históricas e culturais não sendo, portanto, uma essência universal ou constructo psicológico. Outrossim, é a própria construção das normas que deve ser posta em questão. Isto equivale a dizer que o trabalho da Psicologia, no que tange à minimização do estigma e preconceito dirigidos a todos e todas que diferem das normativas sexuais consideradas legítimas, residiria, portanto, não na positivação ou ‘ajuda’ de uma pessoa para a construção de sua identidade sexual ou de gênero ‘não-heterossexual’ e até mesmo heterossexual. Ao contrário, tal trabalho estaria mais próximo da desconstrução das regras e normas de conduta historicamente construídas em torno do que, arbitrariamente é considerado inteligível, legítimo, normal, visto que se tratam de normas que cumprem a função de manter a desigualdade entre os sexos, os gêneros e atribuir inteligibilidade (Butler, 2001) aos corpos, códigos e condutas definindo quais, dentre estas, serão ou não consideradas ‘aceitas’ em um determinado contexto sócio-cultural.

Trata-se, portanto, de um saber necessário ao campo da Psicologia para que esta cumpra sua função de inclusão social associada à promoção de cidadania e Direitos Humanos e Sexuais.

Toledo, L. G., Filho, F. S. T. (2010) Notes about the socio-historical construction of stigmas and stereotypes in relation to homoeroticism among women. *Revista de Psicologia da UNESP* 10(1), 39-61.

**Abstract:** *This article aims at to count the history about the homoeroticism among women in the western societies and in the modernity seeking to notice what bases stigmata and stereotypes on lesbianity at the present time. For that, it was collected in scientific works about feminine sexuality and homosexuality information regarding the lesbianity theme – scarce and of difficult access. The macho system and the phallocentrism put a mantle on that history, making it invizibilized and ilegitimated. Removing the lesbianity from the obscurantism could contribute to the reflection on public policy issues that pertain to lesbian women and with homoerotic relationships and practices and contribute for the production of life quality for people that are moved by binary perspectives of stigmata and stereotypes. That research was financed by Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, and accomplished by the Pós-Graduation Program of the Universidade Estadual Paulista – Campus of Assis-SP.*

**Key-words:** *Lesbianity; Homoeroticism; History; Stigmas; Stereotypes.*

### Referências

- Beauvoir, S. de (1948/1960). *O segundo sexo. 1. Fatos e mitos.* (Sérgio Milliet, trad.). São Paulo: Difusão Européia do Livro.
- Bellini, L. (1989). *A coisa obscura – mulher, sodomia e inquisição no Brasil colonial.* São Paulo: Brasiliense.
- Bonnet, M.-J. (2003, jan/jul). As relações entre mulheres: o impensável? (Tânia Navarro-Swain, trad.). *Labrys, Estudos Feministas*, 3. Disponível em: <<http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys3/web/bras/bonnet1.htm>>. Acesso em: 05 jul. 2007.
- Butler, J. (2001). Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade* (2ª ed, pp. 151-172). Belo Horizonte: Autêntica.

*Apontamentos sobre a construção sócio-histórica de estigmas e estereótipos em relação ao homoerotismo entre mulheres*

- Caprio, F. S. (1960). *Homossexualidade Feminina*. (Frederico Branco, trad.). São Paulo: Instituição Brasileira de Difusão Central.
- Dover, Kenneth James (1994). As mulheres e a homossexualidade. In *A homossexualidade na Grécia antiga*. (Luís Sérgio Krausz, trad.). São Paulo: Nova Alexandria.
- Eribon, D. & Haboury, F. (2003). *Dictionnaire des cultures Gays et lesbiennes*. Paris: Larousse.
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*. (Roberto Machado, trad., 22 ed.), Rio de Janeiro: Graal.
- Freud, S. (1905). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In \_\_\_\_\_. *Obras Completas*. Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud.
- \_\_\_\_\_ (1924). A dissolução do Complexo de Édipo. In \_\_\_\_\_. *Obras Completas*. Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud.
- \_\_\_\_\_ (1925). Algumas conseqüências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos. In \_\_\_\_\_. *Obras Completas*. Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud.
- Gimeno Reinoso, B. (2005). *Historia y análisis político del lesbianismo: la liberación de una generación*. (Colección Libertad y Cambio) Editorial Gedisa: Barcelona, España.
- Katz, J. N. (1996). *A invenção da heterossexualidade*. Tradução de Clara Fernandes. Rio de Janeiro: Ediouro.
- Lardinois, A. (1995). Safo lesbica e Safo de Lesbos. In Bremmer J. (org.). *De Safo a Sade: momentos na história da sexualidade* (pp. 27-50). Campinas-SP: Papirus.
- Mott, L. (1987). *O lesbianismo no Brasil*. Porto Alegre: Mercado aberto.

- Murray, S. O. (2000). *Homosexualities*. Chicago and London, University of Chicago Press.
- Rubin, G. & Butler, J. (2003). Tráfico sexual – entrevista. *Cadernos Pagu*, 21, Campinas-SP, 157-209.
- Smalls, J. (2003). *L'homosexualité dans l'Art*. New York: Parkstone Press Ltd. (Tradução de Fernando Silva Teixeira Filho para a sua utilização na disciplina “Sexualidades e processos de subjetivação” oferecida no 2º. Semestre de 2006 – 1/08 a 1/12 – junto ao programa de pós-graduação em Psicologia da Unesp, campus de Assis.)
- Torrão-Filho, A. (2000). *Tríades galantes, fanchonos militates: homossexuais que fizeram história*. São Paulo: Summus.
- Trevisan, S. (2002). *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia a atualidade*. Rio de Janeiro: Record.
- Watremez, V. (2002, jul/dez). Ampliação do quadro de análise feminista da violência doméstica masculina através do estudo da violência nas relações lesbianas. (Tânia Navarro-Swain, trad.). *Labrys, estudos feministas*, 1. Disponível em: <[http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys1\\_2/index.html](http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys1_2/index.html)>. Acesso em: 14 mai. 2008.

Recebido em: 02 de maio de 2010  
Aprovado em: 25 de julho de 2011